

ANEXO I

AO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA N 02/2023



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL

(Hospital Militar de Natal/1941)

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 64592.003754/2023-86)

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n.º 11.326, de 2006, por meio da modalidade Compra Institucional, do PAB, conforme especificações do **ANEXO A** deste Termo de Referência.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3 O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1 A vigência contratual encerra-se com o esgotamento do quantitativo/valor ou com o término do prazo, o que ocorrer antes.

1.4 O custo estimado total da contratação é de R\$ 38.225,55 (trinta e oito mil, duzentos vinte cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no **ANEXO A**.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A presente aquisição tem como objetivo atender o art. 4º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, que visa a promoção da agricultura familiar, pulverizando as aquisições de gêneros alimentícios da Administração Pública e beneficiando um maior número de famílias, dando maior efetividade social ao Decreto, do qual segue trecho transcrito abaixo:

2.1.1 “Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no mínimo trinta por cento serão destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares enquadrados no disposto na Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006, e de suas organizações, por meio da modalidade prevista no inciso V do caput do art. 3º, conforme o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 1.166, de 2023.”.

ANEXO I

AO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA N 02/2023

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 O Programa Alimenta Brasil (PAB) foi instituído pela Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e é um importante instrumento da política agrícola e da política de segurança alimentar e nutricional do país. A experiência exitosa do programa corroborou para a instituição da obrigatoriedade da aquisição mínima de 30% da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diante disso, outros órgãos da administração pública (municipal, estadual e federal), como é o caso do Exército brasileiro, passaram a buscar formas de adquirir gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda por alimentos e, ao mesmo tempo, valorizar a economia local.

3.2 O HguN, por meio da cozinha do rancho, elabora a alimentação para um público interno de militares, para pacientes internados que necessitam de dietas específicas e balanceadas de valor quantitativo e qualitativo nutricional definido em conjunto com equipe de nutrição do HGuN, buscando realizar um cardápio saudável com a presença de alimentos produzidos pela agricultura família, razão pela qual valoriza e incentiva a atuação na sustentabilidade da economia local e promove o manejo sustentável para um melhor aproveitamento do solo e dos recursos naturais.

3.3 Dessa forma, a aquisição através da chamada pública constitui uma forma econômica para administração pública, dada a inclusão social do pequeno produtor, com obtenção de produtos locais de boa qualidade, observado o período sazonal de seus produtos, oportunizando os produtores fornecedores da agricultura familiar que ofertarem o melhor preço, assim como as melhores condições de entrega formalizadas em suas propostas.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1 *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

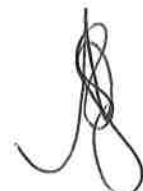
4.1.1.1 Observar os critérios de sustentabilidade ambiental em cada fase de vida do produto. PRODUÇÃO Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento. Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais. DISTRIBUIÇÃO Embalagens compactas, indústria local, produtor local. USO Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental. DESTINAÇÃO FINAL Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso;

4.1.2 Fornecer produtos acondicionados por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.3 Observa os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4 Acondicionar os produtos, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.5 fornecer produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como



ANEXO I

AO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA N 02/2023

mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2 Da exigência de amostra: Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados **durante a sessão pública**, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 **MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL** (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 3 (três) dias corridos, contados a partir da solicitação formal feita pelo Setor de Aproveitamento do Hospital de Guarnição de Natal, através de pedido por escrito ou mensagem eletrônica enviada via e-mail ao fornecedor, em remessa de no mínimo 10 (dez) unidades de medidas do item. A entrega dos gêneros deverá ser realizada semanalmente, **de segunda a sexta-feira das 07h30min às 10h30min** no endereço Av. Hermes da Fonseca, 1385, bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59.015-145;

5.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 7 (sete) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante. Aqueles alimentos que contenham rotulagem deve ser observada a correta identificação do produto, composição, data de fabricação e validade;

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4 A entrega e o descarregamento dos produtos são de responsabilidade do fornecedor;

5.5 Os materiais que irão acondicionar os gêneros alimentícios deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme normas da ABNT;

5.6 Os produtos perecíveis devem ser de 1ª qualidade e na ocasião da entrega deverão apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, os vegetais deveram ser frescos sem partes deterioradas, amassadas ou danificadas, com ausência de sujidades, parasitas, larvas, sem manchas ou odor não característicos do alimento;

5.7 Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela ANVISA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**Resolução RDC nº 727/22 e 216/04 – ANVISA**), atendendo ainda ao previsto no **Decreto 11.476/23**;

5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

~~6 SUPRESSÃO ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)~~

ANEXO I

AO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA N 02/2023

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

- 7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 7.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 7.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
- 7.9 *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).*
- 7.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 7.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.12 **SUPRESSÃO** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8 ~~SUPRESSÃO FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)~~

9 *FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)*

9.1 *Os critérios de seleção do fornecedores são tão somente aqueles previstos no Edital para fins de habilitação.*

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ANEXO I

AO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA N 02/2023

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Gestão/Unidade: 00001/160345 (Hospital de Guarnição de Natal)

Fonte: 0100000000

Elemento de despesa: 33.90.30

Unidade gestora responsável:

160504

Plano interno: E6SUCOLA1QR

OU

Gestão/Unidade: 00001/160345 (Hospital de Guarnição de Natal)

Fonte: 0100000000

Elemento de despesa: 33.90.30

Unidade gestora responsável:

167505

Plano interno: D8SAFCTCALI

Município de Natal-RN, 12 de maio de 2023.


RENATA LÚCIO GUARIENTO -1º Ten

Chefe do setor de Aprovisionamento

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme preceitua o Inciso II, art 14º, do Decreto 10.024/19, aprovo o presente Termo de Referência por conter os elementos necessários e preconizados no Inciso XI do art 3º do referido Decreto.

Município de Natal, RN, 17 de abril de 2023.


ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL - Ten Cel
Ordenadora de Despesas do HGuN



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL

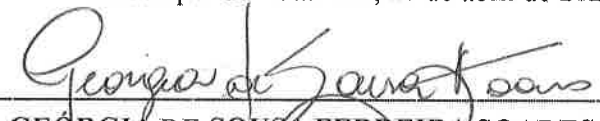
(H Mil Natal /1941)

(Processo Administrativo n.º 64592.003754/2023-86)

Relação de material para aquisição de Gêneros Hortifrutiraneiros da Agricultura Familiar para atender o setor de Aproveitamento do HgUN no período de 06 (Seis) meses.

Item	Descrição	Identificação CATMAT	Und	Qnt	Valor de Referência (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Alface lisa	463833	KG	96	8,89	852,96
2	Arroz vermelho	458915	KG	336	19,10	6.416,48
3	Cuscuz Não transgênico	465695	UND	480	5,73	2.752,00
4	Farinha de mandioca	458920	KG	240	4,78	1.147,20
5	Goma	465692	KG	96	8,17	784,08
6	Mamão Formosa	464405	KG	480	4,23	2.028,00
7	Mel de abelha 280 ml	258227	UND	24	12,53	300,60
8	Melão espanhol	471959	KG	240	3,58	858,00
9	Ovo, galinha caipira	446622	UND	14400	1,07	15.444,00
10	Queijo coalho	447072	KG	48	40,97	1.966,56
11	Suco de uva integral tetra pack	232366	200 mL	500	2,53	1.265,00
12	Suco de uva integral tetra pack	442810	LT	400	11,03	4.410,67
Total						38.225,55

Município de Natal-RN, 17 de abril de 2023.


GEORGIA DE SOUSA FERREIRA SOARES – 2º Ten
Adjunta do Aproveitamento